

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Algumas das maiores rendas pagas pelos consumidores aos produtores de eletricidade têm-se alojado nos serviços de segurança do abastecimento, garantindo que há centrais excedentárias que são remuneradas pela sua prontidão para abastecer a rede em caso de necessidade. O valor pago nas faturas dos consumidores por este serviço rondou, no passado, os 33 milhões de euros anuais.

Durante o período da intervenção da troika em Portugal, o pagamento desta renda à EDP e Endesa chegou a ser suspenso, sendo retomado em 2015. Em 2016, a ERSE previu que, até 2032, pesaria cerca de 665 milhões de euros nas faturas elétricas.

Nas negociações para o Orçamento do Estado para 2017, a aprovação de uma proposta do Bloco de Esquerda terminou a prática do ajuste direto na contratualização da garantia de potência e estabeleceu um sistema de leilão ibérico com teto administrativo para impedir a concertação entre operadores licitantes e assegurar poupanças para os consumidores.

O primeiro leilão realizou-se a 30 de março de 2017 com três concorrentes. Segundo o comunicado da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), o custo efetivo final foi de 5,6 milhões de euros, o que representa uma poupança de cerca de 56% face ao mecanismo de remuneração anterior.

Porém, o leilão de garantia de potência seguinte, previsto para Maio de 2017, não se realizou, em função de objeções levantadas pela Comissão Europeia quanto ao modelo definido. Face a essas objeções, o Bloco propôs, no processo de especialidade do Orçamento do Estado para 2018, o adiamento do novo leilão até pronúncia inequívoca da Comissão Europeia com a suspensão de toda a remuneração de disponibilidade de centrais produtoras.

Na sequência da aprovação da proposta do Bloco, o presidente da Endesa, Nuno Ribeiro da Silva, veio alertar que “o sistema elétrico, a partir de 1 de janeiro, não tem retaguarda de centrais que responda às necessidades do consumo, da procura” (entrevista à Antena 1 e ao

Jornal de Negócios - 4 de dezembro de 2017).

Na ausência de pronúncia da União Europeia, o mecanismo de garantia de potência manteve-se suspenso nos três primeiros meses do ano 2018, com relevantes poupanças para os consumidores e sem que seja conhecida qualquer perturbação ou risco para a segurança do abastecimento.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia, as seguintes perguntas:

1. Tem o governo identificado qualquer risco para a segurança do abastecimento no quadro da atual suspensão do mecanismo de garantia de potência?
2. Dispõe o governo de algum estudo que avalie, em termos de segurança do abastecimento, o nível de potência disponível no contexto da suspensão da garantia de potência? Quais as conclusões desse estudo?

Palácio de São Bento, 24 de março de 2018

Deputado(a)s

JORGE COSTA(BE)